



**LEI Nº 440/2013 DE 02 DE ABRIL 2013.**

Cria a Unidade Gestora do fundo Contábil do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cacimbinhas - AL e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACIMBINHAS, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**CAPÍTULO I**

**Do Instituto Municipal de Previdência Social**

**Seção I**

**Dos Objetivos e Finalidades**

Art. 1º. Fica criado, no âmbito da Administração Municipal, o **Instituto Municipal de Previdência de Cacimbinhas – IMPREC**, na forma do inciso XIX, do Art. 37 da Constituição Federal, entidade autárquica de direito público, dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro em Cacimbinhas, Estado de Alagoas.

Parágrafo Único – O IMPREC tem por finalidade garantir o plano de benefício do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, observados os critérios estabelecidos em Lei e na Legislação Federal pertinente, garantindo a previdência social aos servidores públicos municipal de Cacimbinhas, da administração direta, indireta, autárquica e do

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.

*João Carlos Lima*





Art. 4º. Compete ao Diretor Administrativo:

Superintender e gerir a administração anual do IMPREC, representar em juízo ou fora dele;

Elaborar a proposta orçamentária anual do IMPREC, bem como as suas alterações;

Organizar a estrutura administrativa e o quadro de pessoal de acordo com o orçamento aprovado, mediante prévia aprovação legislativa;

Expedir instruções e ordens de serviços;

Organizar os serviços de prestação previdenciária do IMPREC;

Assinar, em conjunto com o Diretor Financeiro, os cheques e demais documentos do IMPREC, movimentando os recursos financeiros;

• Submeter ao Conselho Fiscal e ao Conselho Administrativo, os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;

+ Contratar administradores de carteira de investimentos do IMPREC, de Consultores Técnicos Especializados, e outros serviços de interesse;

+ Cumprir e fazer as deliberações do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo;

Adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do IMPREC;

+ Assinar, com o contador, a prestação de contas a ser enviada ao Tribunal de Contas;

Submeter ao Conselho Administrativo e ao Conselho Fiscal os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;

Convocar conjuntamente com o Presidente do Conselho Administrativo e Fiscal, os

+ segurados para a Conferência Municipal de Previdência Social.

Art. 5º. Compete ao Diretor Financeiro:

Coordenar as rotinas administrativas e financeiras do IMPREC;

Gerenciar os recursos humanos postos à disponibilidade do IMPREC;

Assinar, conjuntamente com o Diretor Administrativo os cheques e demais documentos de movimentação financeira do IMPREC;

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade

*for Carlos Lh*





Acompanhar e coordenar a execução orçamentária do IMPREC; ✓  
Encaminhar, nos prazos legalmente previstos, as informações contábeis e financeiras do IMPREC ao MPAS, ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal e a Entidades de Classes da Categoria;  
Superintender o processo de confecção da folha de pagamento;  
Cuidar para que até o décimo dia útil de cada mês, sejam fornecidos os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior;  
Prover a arrecadação, registro e guarda de renda e quaisquer valores devidos ao IMPREC, e dar publicidade da movimentação financeira do Instituto;  
Elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos bem como todas as resoluções atinentes a matéria orçamentária e financeira para o exercício;  
Apresentar periodicamente os quadros e dados estatísticos que permitam o acompanhamento das tendências orçamentárias e financeiras para o exercício;  
Organizar, anualmente, o quadro de fornecedores e convênios, opinando sobre os mesmos, para serem submetidos à aprovação do Conselho Administrativo;  
Coordenar os processos de concessão de benefícios;  
Subsidiar os profissionais de atuária na elaboração dos cálculos anuais;  
Acompanhar as modificações na legislação previdenciária nacional;  
Elaborar as estatísticas previdenciárias.

## Subseção II

### Do Conselho Administrativo

Art. 6º. O Conselho Administrativo do IMPREC será constituído de 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados por portaria do Poder Executivo, indicados pelos segurados em assembleia designada para esta finalidade:

1(um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Poder Legislativo;

2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) suplentes indicados pelo Poder Executivo;

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.

*for Conselho*





2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) suplentes indicados pelos servidores municipais, representando respectivamente os servidores ativos e os inativos/pensionistas;

§ 1º. O presidente do Conselho Administrativo e o Secretário serão escolhidos pelos seus integrantes em eleição, em sua primeira reunião ordinária, após a posse.

§ 2º. Caberá ao Presidente coordenador os trabalhos do Conselho Administrativo, inclusive com direito a voto nas reuniões do Conselho, como também, convocar conjuntamente com o Diretor Administrativo e o Presidente do Conselho Fiscal, os participantes, para a Conferência Municipal de Previdência Social.

§ 3º. Caberá ao secretário lavrar todas as atas das reuniões do Conselho.

Art. 7º. Compete ao Conselho Administrativo:

Reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, pelo Diretor Administrativo e por maioria absoluta de seus membros;

Aprovar a proposta orçamentária anual bem como suas respectivas alterações, elaboradas pela Diretoria executiva;

Deliberar a admissão, demissão, plano de cargos e salários e movimentação de funcionários;

Aprovar a contratação de instituição financeira que se encarregará da administração da Carteira de Investimento do IMPREC, proposta pela Diretoria Executiva;

Funcionar como Órgão de aconselhamento à Diretoria Executiva do IMPREC, nas questões por ela suscitadas;

Pronunciar-se sobre alienação de bens imóveis de propriedade do IMPREC;

Deliberar sobre a política de investimento do IMPREC;

Deliberar sobre o Regimento Interno de Conselho Administrativo;

Mais do que máquinas, somos de humanidade.

for Carlos Lda





Deliberar sobre a Nota Técnica Atuarial e o Plano Anual de Custeio;  
Deliberar sobre o relatório anual da Diretoria do IMPREC;

Deliberar sobre os Balancetes Mensais, bem como o Balanço de Contas Anuais do IMPREC, depois de apreciadas pelo Conselho Fiscal e Auditores Independentes;  
Baixar Atos e Instruções Normativas, Complementares e Esclarecedoras, por sua iniciativa, por solicitação da Diretora ou do Conselho Fiscal, sobre assuntos omissos em Lei, ou em complemento com o objetivo de esclarecer;

Art. 8º. Os Conselheiros não farão jus a qualquer tipo de remuneração pela participação nas reuniões do Conselho Administrativo, sendo considerado relevante serviço prestado à Comunidade.

Art. 9º. Os membros integrantes do Conselho Administrativo terão mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução por única vez. Em caráter excepcional e objetivando resguardar a continuidade administrativa e a memória do Conselho Administrativo, poderá permitir novos mandatos, depois de ouvir o Conselho Fiscal.

§ 1º. Perderá o mandato o conselheiro que faltar a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, assumindo neste caso, o seu suplente, e sendo nomeado novo suplente para completar o mandato.

§ 2º. Os Membros do Conselho Administrativo deverão ser contribuintes ou beneficiários do IMPREC.

§ 3º. As deliberações do Conselho Administrativo serão lavradas em livro de Ata.

§ 4º. As convocações ordinárias e extraordinárias do Conselho Administrativo serão feitas por escrito.

*Dr. Carlos Lh*

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.





§ 5º. A perda do cargo de Conselheiro será declarada pelo Presidente do conselho Administrativo, observando o direito de defesa.

§ 6º. Não poderão integrar o órgão colegiado ao mesmo tempo, participantes que guardem, entre si, relação conjugal ou decorrente de união estável, de parentesco consanguíneo ou afim até 3º (terceiro) grau, inclusive.

### Subseção III Do Conselho Fiscal

Art. 10. O Conselho Fiscal do IMPREC será constituído de 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados por portaria do Poder Executivo, indicados pelos poderes e pelos segurados em assembleia designada para esta finalidade:

- 1 (um) membro efetivo e um suplente indicado pelo Poder Legislativo;
- 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) suplentes indicados pelo Poder Executivo;
- 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) suplentes indicados pelos servidores municipais, representando respectivamente os servidores ativos e inativos/pensionistas;

§ 1º. O presidente do Conselho Fiscal e o Secretário serão escolhidos pelos seus integrantes em eleição, em sua primeira reunião ordinária, após a posse.

§ 2º. Caberá ao Presidente coordenar os trabalhos do Conselho Fiscal, inclusive com direito a voto nas reuniões do Conselho, como também, convocar conjuntamente com o

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.





Diretor Administrativo e o Presidente do Conselho Administrativo, os participantes para a Conferência Municipal de Previdência Social.

§ 3º. Caberá ao Secretário lavrar todas as atas das reuniões do Conselho.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal deverão ser contribuintes ou beneficiários do IMPREC.

§ 5º. As convocações ordinárias e extraordinárias do Conselho Fiscal serão feitas por escrito.

§ 6º. A perda do cargo de Conselheiro será declarada pelo Presidente do Conselho Fiscal, observando o direito de defesa.

§ 7º. Não poderão integrar o órgão colegiado ao mesmo tempo, participantes que guardem, entre si, relação conjugal ou decorrente de união estável, de parentesco consanguíneo ou afim até 3º (terceiro) grau, inclusive.

§ 8º. As deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em livro de Ata, pelo Secretário em todas as reuniões do Conselho.

Art. 11. Compete ao Conselho Fiscal:

Reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, pelo Diretor Administrativo e por maioria absoluta de seus membros.

Acompanhar a organização dos serviços técnicos e a admissão de pessoal;

Acompanhar a execução orçamentária do IMPREC, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.

for Carlos Lb





Examinar as prestações efetivadas pelo IMPREC aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

Proceder, face aos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Administrativo;

Encaminhar ao Poder Executivo e ao Legislativo, anualmente, até o mês de março, com seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior do IMPREC, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios prestados;

Requisitar do Diretor Administrativo, as informações e diligências que julgarem convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-las para correção de irregularidades verificadas representando ao Poder Executivo o desenrolar dos acontecimentos.

Propor ao Diretor Administrativo, medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e a transparência da administração do mesmo.

Proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos, e atestar a sua correção ou denunciando irregularidades;

Pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis de propriedade do IMPREC;

Julgar, em última instância, os recursos dos Servidores Municipais que se sentirem prejudicados nos seus direitos pertinentes à solicitação de benefícios, formulados pelos mesmos ao IMPREC, sendo suas decisões lavradas em atas que serão encaminhadas ao Diretor Administrativo, que as acatará;

Rever as suas próprias decisões, fundamentando qualquer possível alteração;

Parágrafo Único. Assiste a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente, o direito de exercer fiscalização dos serviços do IMPREC, não lhe sendo permitido envolver-se na direção e administração dos mesmos;

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.





Art. 12. Os Conselheiros Fiscais não farão jus a qualquer tipo de remuneração pela participação nas reuniões do Conselho Fiscal, sendo considerado relevante serviço prestado à comunidade.

Art. 13. Os membros integrantes do Conselho Fiscal terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, por uma única vez, de seus integrantes.

Parágrafo Único. Perderá o mandato o conselheiro que faltar a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, assumindo neste caso, o seu suplente, e sendo nomeado novo suplente para completar o mandato.

#### Subseção IV

#### Da Assessoria do IMPREC

Art. 14. Ficam criados os cargos de provimento em comissão de Assessor Jurídico e de Assessor Contábil.

Art. 15. O valor das remunerações dos Cargos de Assessor Jurídico e Contábil serão de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

#### CAPÍTULO II

#### Das Disposições Gerais e Finais

Mais do que máquinas, precisamos de humanidade.

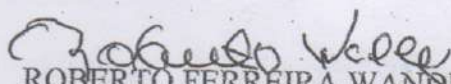




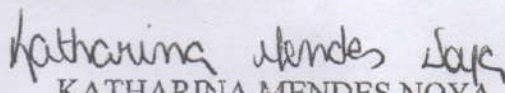
Art. 16. O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor do IMPREC relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de remunerações e contribuições respectivas.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

  
ROBERTO FERREIRA WANDERLEY  
PREFEITO

A presente Lei foi publicada e registrada na Secretaria de Administração, aos 02 de abril de 2013.

  
KATHARINA MENDES NOYA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



*for Carlos H.*